

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

10880.088414/92-21 so no

Sessão de : 25 de março de 1994 ACORDAO No 203-01.364

Recurso no:

93,999

JURUENA EMPREENDIMENTOS DE COLONIZAÇÃO LTDA. Recorrente:

DRF EM SMO PAULO - SP Recorrida :

> - VALOR TRIBUTAVEL - (VTN) - Não é competência deste Conselho "discutir, avaliar mensurar" valores estabelecidos pela autoridade administrativa com base na legislação de regência.

Récurso a que se nega provimento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos interposto por JURUENA EMPREENDIMENTOS DE COLONIZAÇÃO de recurso LTDA.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar Conselho de provimento ao recurso. Ausentes os Conselheiros MAURO WASILEWSKI @ TIBERANY FERRAZ DOS SANTOS.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1994.

SOUZA – Presidente e Relator

SILVIO JOAE FERMANDES - Procurador-Representante da Fazenda Nacional

29 ABR 1994 VISTA EM SESSÃO DE

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros RICARDO LEITE RODRIGUES, MARIA THEREZA VASCONCELLOS DE ALMEIDA, CELSO ANGELO LISBOA GALLUCCI e SEBASTIÃO BORGES TAQUARY.

HR/mdm/CF/GB -

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

so no

10880.088414/92-21

Recurso No:

93.999

Acórdão Nos

203-01.364

Recorrente:

JURUENA EMPREENDIMENTOS DE COLONIZAÇÃO LIDA.

RELATORIO

A empresa acima identificada foi notificada a pagar o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, Taxa de Serviços Cadastrais e Contribuições Parafiscal e Sindical Rural CNA-CONTAG no montante de Cr\$ 208.683,00 correspondente ao exercício de 1992 do imóvel de sua propriedade localizado no Município de Aripuanã - MT.

Não aceitando tal notificação, a requerente procedeu à impugnação (fls. 01/02) alegando, em sintese, que:

- a) o Valor Minimo da Terra Nua VTNm foi superdimensionado, é excessivo e absurdo, sendo, inclusive, superior ao preço comercial praticado pelo mercado imobiliário;
- b) o VTMm é bem superior ao valor venal estabelecido pela Prefeitura Municipal para cálculo do ITBI em dez/91 e abr/92;
- c) os preços de mercado estabelecidos pelas empresas colonizadoras, que atuam no município, nestes últimos 2 anos, não acompanharam nem mesmo sua valorização pelos indices de inflação e que, em face dessa realidade econômica, a Prefeitura local deixou de reajustar os valores venais da pauta do ITBI a partir de abr/92;
- d) se o VTNm aplicado ao ITR/91 fosse reajustado monetariamente, como nos anos anteriores, resultaria no valor máximo de Cr\$ 25.000,00 por hectare em DEZ/91;
- e) e, finalmente, que o imóvel localiza-se em nova e pioneira fronteira agrícola na Amazônia Legal, sendo uma região considerada inviável e de difícil acesso.

A autoridade julgadora de primeira instância (fls. 06/07) julgou procedente o lançamento, cuja ementa destaco:

"ITR/92 — O lançamento foi corretamente efetuado com base na·legislação vigente. A base de cálculo utilizada, valor mínimo da terra nua, está prevista nos parágrafos 2ϱ e 3ϱ do art. 7ϱ do Decreto $n\varrho$ 84.685, de 6 de maio de 1999."



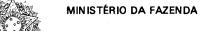
MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo no 10 880.088414/92-21 Acordão no 203-01.364

O recurso voluntário foi manifestado dentro do prazo legal (fls. 09), onde a recorrente reitera integralmente os pontos já expendidos na peça impugnatória e ressalva que o mérito da impugnação não foi apreciado em Frimeira Instância, por faltar—lhe competência para pronunciar—se sobre a questão, para avaliar e mensurar os VTNm constantes da IN no 119/92, cuja alçada é privativa desta Instância Superior.

E o relatório.



SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo no 10880.088414/92-21 Acórdão no 203-01.364

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR OSVALDO JOSE DE SOUZA

O arcabouço legal, supedâneo de toda a estrutura tributária, poderia vir a ser comprometido se cada julgador, em particular, ao saber de sua livre convicção, pudesse alterar as normas legais.

Assim, porém, não é. E nem poderia ser. A força legal reside no princípio da igualdade, entre outros. E se cada pessoa que estivesse imbuída da obrigação de julgar pudesse, a seu talante, aplicar desta ou daquela maneira a legislação específica de cada caso, teríamos, na verdade, não uma estrutura legal da administração tributária e sim uma balbúrdia generalizada.

E por isso que existem regras e limites.

Isto posto, no caso concreto de aplicação do ITR à situação de fato, temos que o julgador de primeira instância houve-se muito bem ao aplicar a legislação pertinente. Esta é a tarefa do funcionário do Executivo. Aplicar a legislação nos estritos limites de sua competência. E assim foi feito.

Entendo, em consonância com o julgador **a quo**, que não se pode alterar os valores estabelecidos e, a meu ver, de acordo com a legislação de regência.

estas razões, e por entender QUO s embora impropriedades porventura cometidos, segundo excessos ourecorrente, a legislação não atribui a este Conselho fis. competência para "avaliar e mensurar" os valores estabelecidos em legislação.

Mego provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1994.

DSVALDO JOSE DE SOUZA